



PREFEITURA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO

APROVADO em 1ª discussão.

C. P.

CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Sessão de 19 de Agosto de 1969.

APROVADO em 2ª discussão.

Sessão de 19 de Agosto de 1969.

Of. nº. 45/69

1.º Secretário

Cordeirópolis, aos 31 de julho de 1969

1.º Secretário

HJM

Senhor Presidente:-

Sirvo-me da presente, para encaminhar à Vossa Senhoria, aqui anexo, o Projeto de Lei nº. 39/69, P.M., desta data, que dispõe sobre alteração da escala de padrão de vencimento e criação de cargo, e ainda estou enviando a consulta expedida pelo Senhor Dr. Ubirajara Gomes de Mello, Consultor Jurídico / desta Municipalidade.

Certo de estar agindo conforme, prevaleço-me do ensejo, para apresentar à Vossa Senhoria, os meus elevados protestos de estima e distinta consideração.

ATENCIOSAMENTE

TELEFERO SANCHEZ FELIX
Prefeito Municipal

A

Sua Senhoria o Senhor

JAMIL ABRAHÃO SAAD

MD., Presidente da Câmara Municipal de

CORDEIRÓPOLIS - SP.



PREFEITURA MUNICIPAL

CORDEIRÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO

Encaminha-se à Comissão de Finanças e Orçamentos

C. P.

Encaminha-se à Comissão de

dação

em 19 de

de 1969

de 19

de 1969

195

Edmar de Souza
1.º Secretário

Edmar de Souza
1.º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PROJETO DE LEI Nº.39/69, P.M., de 31 de julho de 1969.

Que dispõe sobre alteração da escala de padrão de vencimento e criação de cargo.

TELEFORO SANCHEZ FELIX, Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Cordeirópolis, aprovou e ele promulga e sanciona a seguinte lei:-

Artigo 1º - Ao artigo 1º da Lei Municipal nº.598 de 18 / de junho de 1969, que dispõe sobre a escala de padrão de vencimentos, fica acrescentado o padrão numérico 08, no valor de NC\$ 600,00 (seiscentos cruzeiros novos) mensais.

Artigo 2º - Fica criado na Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, um cargo de Diretor de Finanças, padrão numérico 08, de / provimento em comissão.

Artigo 3º - Fica o Executivo Municipal de Cordeirópolis / autorizado a abrir um crédito especial, até o valor de NC\$3.600,00 - (treis mil e seiscentos cruzeiros novos), para atender as despesas / com a execução da presente lei, neste exercício.

Parágrafo Único - Nos orçamentos dos exercícios seguintes serão consignadas verbas próprias, para atender as despesas desta / lei.

Artigo 4º - O crédito especial de que trata o artigo 3º / da presente lei, será coberto com o seguinte recurso:-

REDUÇÃO DA SEGUINTE VERBA:-

50/4130-02 - Aquisição de Veículos.....NC\$3.600,00

Artigo 5º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, aos trinta e hum / dias do mês de julho do ano de mil novecentos e sessenta e nove.

TELEFORO SANCHEZ FELIX
TELEFORO SANCHEZ FELIX

UBIRAJARA GOMES DE MELLO
E
JOSÉ ROBERTO DIAS CARVALHO
ADVOGADOS
Rua Barão de Cascalho, 224 - Fones: 1434 e 2384
LIMEIRA-SP

Limeira, 5 de agosto de 1969.

Consulta:

I- Consulta-nos o snr Prefeito Municipal de Cordeirópolis, no sentido de saber se o funcionário público municipal afastado de suas funções porque está exercendo o cargo de vereador, poderá, com o licenciamento na vereança, voltar ao serviço.

2- A nossa opinião, de início, era negativa. Um estudo, porém, mais profundo do assunto, levou-nos á conclusão contrária, isto é, no sentido de funcionário licenciado na Câmara, como vereador, reverter ás suas funções. Justificamo-nos.

3- A lei orgânica dos municípios(lei nº 9.205 de 28 de dezembro de 1965), em seu artigo 57 já estabelecia que,-

nenhum servidor municipal poderá exercer o cargo diz-se o mandate de Prefeito, Vice Prefeito ou Vereador do próprio município, sem se afastar previamente do seu cargo ou função, sob pena de perda do mesmo.

4- Hely Lopes Meirelles, em seu magnífico trabalho Direito Municipal Brasileiro(volume II, fls 581), nos ensina que há diferença entre impedimentos e incompatibilidades e inelegibilidade e inelegibilidades. Aquelas, dizem respeito ao exercício do cargo; estas, a condições para a candidatura e eleição.

UBIRAJARA GOMES DE MELLO

E
JOSÉ ROBERTO DIAS CARVALHO
ADVOGADOS

Rua Barão de Cascalho, 224 - Fones: 1434 e 2384
LIMEIRA-SP

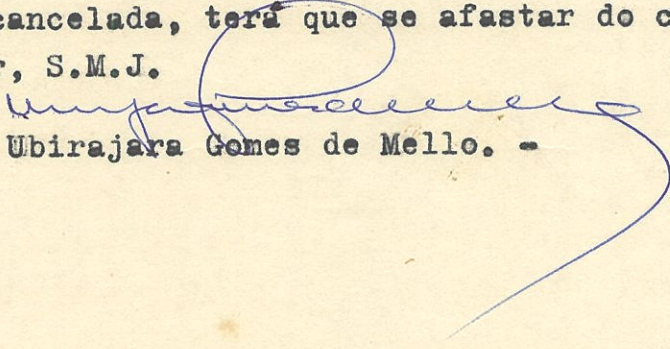
-II-

5- O funcionário público municipal, assim, não é inelegível pelo simples fato de ser funcionário; porém, há impedimento legal no sentido de exercer a vereança e continuar como vereador ou melhor funcionário. Assim, ele se afasta do exercício do cargo público(através de licença), mas, não é obrigado a demitir-se, tanto que o tempo de vereança é contado como de efetivo exercício para todos os efeitos legais, excepto para percepção de vencimentos.

6- A situação na presente consulta se inverte, pois, se é verdade que o funcionário público municipal pode se licenciar para exercer a vereança, - poderá ele licenciar-se da vereança e exercer cargo público? Entendemos que sim.

7- O que a lei quer é que o funcionário não exerça as suas funções e a vereança ao mesmo tempo; permite, pois, que ele se licencie do cargo, e exerça o mandato eletivo. Se ele funcionário é elegível como funcionário, nada impede que, licenciando-se na Câmara, exerça função pública revertendo ao cargo da qual está licenciado como funcionário público municipal.

8- Resta saber se a Câmara concederá licença ao seu vereador funcionário, e, por quanto tempo; mas, é problema do poder legislativo, regulado pelo seu Regimento Interno. O certo, porém, é que licenciando-se da vereança, ele poderá voltar a exercer o cargo público; tão logo, porém, a licença seja cancelada, terá que se afastar do cargo. Este o m/ parecer, S.M.J.


Ubirajara Gomes de Mello. -